

O pecado contra o Espírito Santo

Um ponto que há séculos tem originado imensa controvérsia e verdadeiro pânico entre os cristãos é, sem dúvida, o do pecado contra o Espírito Santo.

No Evangelho segundo Mateus, encontramos a seguinte declaração de Jesus:

“Todo pecado e blasfêmia serão perdoados aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito Santo não será perdoada. Se alguém proferir alguma palavra contra o Espírito Santo não lhe será isso perdoado, nem neste mundo nem no porvir.”

(Mt12:31-32)

A purificação propriamente dita de uma alma humana após a morte se dá no vivenciar de tudo quanto ela gerou através de suas ações, pensamentos e intuições aqui na Terra. Há cerca de dois mil e quinhentos anos o filósofo pré-socrático Heráclito já afirmava que “o caráter de um homem é sua sina”, indicando com isso que estava nas mãos do próprio ser humano a formação de seu destino. Molda-se o caráter, molda-se o destino. O intuir, o pensar e o agir da criatura humana formam os locais por onde ela terá de peregrinar nos planos iniciais do Além, antes de poder ascender a mundos mais elevados. Desse modo, é a própria pessoa que forma as condições de sua vida futura após a morte. Ela própria cria, para si mesma, um lugar aprazível ou um verdadeiro inferno, dependendo da espécie de seus pensamentos e ações durante a vida terrena.

O próprio inferno é, portanto, uma realidade, sendo para lá levadas as criaturas cujas intuições na Terra já conduziam para o inferno. Também é natural que essa região se encontre “nas profundezas” (cf. Is14:9), pois só nas profundezas o inferno pode estar, em decorrência da Lei da Gravidade, uma das leis básicas da Criação. Contudo, o inferno não é nenhuma instituição divina, mas tão-só uma edificação dos próprios seres humanos. Se lemos no Gênesis que “no sétimo dia Deus concluiu *toda a obra que tinha feito*” (Gn2:2), então fica claro que o inferno não foi criado por Ele, já que não fazia parte de Sua obra original.

Mas voltemos ao pecado contra o Espírito Santo. O trecho correspondente no Evangelho de Marcos é ainda mais incisivo que no de Mateus:

“Em verdade vos digo que tudo será perdoado aos filhos dos homens: os pecados e as blasfêmias que proferirem. Mas aquele que blasfemar contra o Espírito Santo não tem perdão para sempre, visto que é réu de pecado eterno.”

(Mc3:28,29)

A esse respeito, Abdruschin fornece a seguinte explicação em sua obra Na Luz da Verdade - a [Mensagem do Graal](#), dissertação “Deus”:

“O ‘Espírito Santo’ é a Vontade de Deus-Pai, o Espírito da Verdade, que, apartado Dele, atua separadamente em toda a Criação e que, apesar disso, na qualidade de Filho, como também o Amor, ainda permaneceu estreitamente ligado com Ele, uno com Ele.

As leis férreas na Criação, que atravessam todo o Universo como uma rede de nervos, ocasionando a absoluta reciprocidade, o destino do ser humano ou seu carma são... do ‘Espírito Santo’, ou mais explicitamente: de seu atuar!

Por isso disse o Salvador que ninguém se atreveria a pecar contra o Espírito Santo impunemente, porque, segundo a inexorável e inalterável

reciprocidade, a retribuição retorna ao autor, ao ponto de partida, seja coisa boa ou má.”

O ser humano é um fruto da Criação e, como tal, está sujeito às leis que perpassam e sustentam essa obra, as quais foram instituídas pela *Vontade* do Criador, o Espírito Santo. A Criação é, sim, uma *obra* do Espírito, mas não uma parte dele próprio. O Espírito Santo criador permaneceu inteiramente *fora* da Criação, ou *sobre* a obra, conforme atestado no próprio Gênesis: “A Terra estava deserta e vazia, as trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava *sobre* as águas” (Gn1:2). O Espírito Santo não se encontrava, portanto, dentro da Criação, e sim fora dela.

O que está inserido dentro da obra da Criação são as leis que a governam, estabelecidas pelo Todo-Poderoso desde o início dos tempos. Leis perenes, imutáveis, indissolúvelmente entretecidas na sentença “Faça-se a Luz!”¹ (Gn1:3) do livro do Gênesis, não admitindo a mínima alteração, conforme nitidamente indicado no modo de atuação da Palavra do Senhor: “Da Minha boca saiu o que é justo, e a *Minha Palavra não tornará atrás*” (Is45:23). Essa imutabilidade da Palavra divina também foi anunciada por Jesus, que era a própria Palavra de Deus encarnada:

“Passarão o céu e a Terra, porém as minhas palavras não passarão.”

(*Mt24:35; Mc13:31; Lc21:33*)

Para compreendermos corretamente o significado do pecado contra o Espírito Santo temos de retroceder até o tempo chegada propriamente do pecado ao mundo, com todas as suas nefastas conseqüências.

A história descrita no Gênesis são quadros de acontecimentos espirituais, indicativos da formação e desenvolvimento do gênero humano. Não podem, portanto (como de resto quase toda a Bíblia), ser interpretados ao pé da letra, esmiuçados numa seqüência temporal segundo nossos sentidos de espaço e tempo. Afinal, não é tão desconhecido assim que o Paraíso é uma região espiritual. Essa região, e ainda outras mais elevadas, foram aquelas propriamente *criadas* pelo Todo-Poderoso, “Aquele que constrói nos céus Suas altas moradas” (Am9:6). Só bem depois é que surgiram os diversos outros planos da Criação, em sentido descendente, dentre os quais se encontra o Universo material a nós visível, com a nossa pequena Terra.

O conjunto de todos os planos da imensa obra da Criação constitui as “muitas moradas da Casa do Pai” (Jo14:2) mencionadas por Jesus, onde vivem e atuam criaturas segundo sua espécie e grau de desenvolvimento. A indicação de que a Luz surgiu antes do Sol (cf. Gn1:3,16) não é, pois, nenhum enigma como aparenta, pois essa Luz constituiu o irromper das irradiações criadoras, em sentido amplo, de onde se originou toda a imensa obra da Criação, e da qual a materialidade com seus astros perfazem apenas a última ramificação. A teoria da criação do mundo através do “Big Bang” é correta em si. Contudo, esse evento nada mais foi do que o último e mais fraco efeito da grande sentença “Faça-se a Luz!”, que deu origem aos vários planos da Criação em ordem descendente e, por fim, fez surgir também os mais distantes e densos mundos: os da matéria fina e grosseira. Aqui, na materialidade, nós “apenas ouvimos um *pequeno eco* de Sua Palavra” (Jó26:14), a qual já criara antes vários planos mais elevados. O ser humano, porém, não surgiu já pronto, mas sim originou-se de sementes espirituais, semeadas pela Vontade do Onipotente no grande campo de cultivo da matéria. É dessa atuação, aliás, que advém a denominação “Filho do Homem”, significando que a humanidade inteira se originou dessa sua sementeira, em consonância com a Vontade do Criador, que é ele próprio.

O livro do Gênesis menciona a saída do Paraíso (o reino espiritual) das boas sementes inconscientes, os germes de espíritos humanos, com a expressão alegórica “tendo expulso o ser humano...” (Gn3:24). Esse fato não foi nenhum castigo decorrente do pecado original, que ainda não havia ocorrido, mas sim um processo indispensável e natural no curso do desenvolvimento

¹ Ao leitor que desejar conhecer o universo contido nessa frase indica-se a dissertação “Faça-se a Luz!”, no terceiro volume da obra [Na Luz da Verdade](#), de Abdruschin. Tornar-se-lhe-á claro aí também o alcance da sentença do salmista: “Ele falou e tudo se fez, ordenou e tudo começou a existir” (Sl33:9), e também a razão de o Filho do Homem ser chamado no livro do Apocalipse de “o Príncipe da Criação de Deus” (Ap3:14).

progressivo. Do mesmo modo, a imagem da paulatina conscientização do germe humano, com o reconhecimento de sua nudez e a necessidade de se cobri-la, também foi um fenômeno natural: “Os olhos de ambos se abriram e souberam que estavam nus. Tendo costurado folhas de figueira, fizeram tangas para si” (Gn3:7). Essa imagem mostra a contingência indesviável para o germe espiritual de se cobrir com invólucros de mesma espécie do ambiente, em seu percurso descendente rumo à materialidade grosseira. O Gênesis ainda diz que “o Senhor Deus fez para Adão e sua mulher *roupas de pele* com as quais os vestiu” (Gn3:21). No popular livro apócrifo de Jubileus, escrito em meados do século II a.C., o Criador também presenteia o homem e a mulher com vestimentas quando eles saem do Paraíso. O grande teólogo Orígenes (185 - 253) afirmava que as folhas que Deus deu a Adão e Eva no Jardim após a queda eram, na verdade, os corpos deles, pois antes eram espíritos puros...

Essa metáfora bíblica sobre o reconhecimento da nudez pelo casal humano, e a necessidade que ambos sentiram de cobri-la quando se lhes despertou a noção do bem e do mal, é um quadro que evidencia o início do processo de conscientização do espírito humano, objetivo último e fundamental de sua passagem pelas várias partes da Criação, e que lhe possibilita, por fim, o próprio retorno ao Paraíso. Para um espírito desenvolvido, que já tenha angariado um determinado grau de autoconsciência, corpo e alma serão sempre invólucros intangíveis, absolutamente invioláveis e incorruptíveis. Jamais uma tal pessoa, assim evoluída, consentiria ter seu corpo exposto à contemplação pública, nem tampouco sua alma desnudada diante de pretensos especialistas anímicos. Seu inabalável sentimento de pudor é a mais forte proteção contra a degradação de sua condição humana, com o que ela cumpre também, da forma mais natural, o conselho tão importante: “Não abras o coração a qualquer um” (Eclo8:22).

Como o sentimento do pudor está diretamente relacionado ao nível de conscientização, ele é, sim, uma medida exata, direta e infalível, do próprio valor espiritual do indivíduo. Uma pessoa que tenha afastado de si todo o pudor é um ser vazio espiritualmente. E um ser vazio espiritualmente deixou de cumprir sua prerrogativa fundamental, a própria razão de sua existência, que é a obtenção e manutenção da autoconsciência adquirida em suas peregrinações pelas materialidades. Naturalmente, essa medida infalível é válida também no caso oposto, e nos dois sentidos. Assim, quanto mais enobrecido for um ser humano, tanto mais íntegro e inabalável será seu sentimento de pudor, corporal e anímico.

O castigo propriamente dito, derivado do chamado pecado original, foi a impossibilidade, também absolutamente automática, de o germe espiritual poder *retornar* ao Paraíso como espírito autoconsciente. Essa *exclusão definitiva* do Paraíso foi provocada pelo próprio ser humano muito tempo depois de sua saída de lá como semente espiritual, devido ao seu voluntário acorrentamento à matéria, decorrente do supercultivo do raciocínio - o pecado original - com o conseqüente enfraquecimento de seu espírito.

O que aconteceu foi que, com o tempo, as sementes humanas em desenvolvimento na matéria foram ficando cada vez mais “cobertas de espinhos” (Mt13:22; Mc4:18,19; Lc8:14), só se interessando ainda pelos aspectos materiais de suas existências, não tendo mais nenhum anseio pela vida espiritual. Isso foi uma decorrência direta do pecado original, que elevava o raciocínio a ídolo. Como ele, o raciocínio, é um produto do cérebro humano terreno, sempre divisará valores unicamente em coisas materiais, que dão frutos materiais, terrenalmente visíveis e palpáveis, sem se aperceber que tais frutos não contêm nenhuma vida, visto não provirem do espírito. Os frutos do raciocínio serão sempre produtos da árvore do conhecimento, nunca da árvore da vida; serão sempre frutos efêmeros, jamais eternos.

Essa árvore da vida, conhecida de povos antigos, é mesmo de *vital* importância para a criatura humana, apesar de a humanidade terrena nada saber de sua forma e localização. O fato de justamente o primeiro e último livros da Bíblia fazerem menção a essa árvore da vida (cf. Gn2:9;3:22,24; Ap2:7;22:2,14,19) deveria sinalizar aos pesquisadores o grau de relevância dessa árvore extraordinária, tema difundido também em muitas mitologias. Os povos de épocas remotas tinham exato conhecimento dela; sabiam que não se tratava de nenhum conceito abstrato e sim de uma árvore real, embora não localizada na matéria visível. Na obra [A Grande Pirâmide](#)

[Revela Seu Segredo](#), Roselis von Sass traz a descrição que um antigo sábio da Caldéia, de nome Aphek, futuro sacerdote-rei do país, fez dessa árvore. É uma exposição de impressionante beleza, que todos os pesquisadores sinceramente interessados deveriam conhecer.

Somente quem se nutre dessa árvore da vida, pela maneira correta de viver, pode produzir frutos espirituais. Em contraste com os do raciocínio, os frutos ou obras do espírito contêm vida em si, e por isso trazem valores verdadeiros, perenes. Por isso, Jesus disse aos seus ouvintes que no futuro, ou seja, quando estivessem novamente encarnados na Terra, reconheceriam dessa maneira os responsáveis por esses valiosos frutos espirituais: “Assim, pois, é por seus frutos que os conhecereis” (Mt7:20). Por seus frutos ou por suas obras significa por sua *atuação*, isto é, pelo seu modo de ser, em suma, por tudo quanto deles emana: pensamentos, palavras e atos. Se eles pertencessem à Luz, então os frutos de seu atuar só poderiam ser bons, pois “o fruto da Luz se chama: bondade, justiça, verdade” (Ef5:9).

Voltando ao livro do Gênesis, vemos o surgimento de planos supraterrâneos no ato da Criação com a indicação de que o Criador “separou as águas debaixo do firmamento das águas *acima do firmamento*” (Gn1:7). Essas águas situadas “acima do firmamento” estão, portanto, situadas *além* do universo material a nós visível, sendo constituídas de uma espécie diferente. A palavra latina *firmamentum* designa justamente o que é “firme”, visível e perceptível, usada no Gênesis para descrever o mundo material. A expressão “mundo” significa a parte material da Criação propriamente, tal como indicado no livro da Sabedoria, onde se diz que “a mão todopoderosa criou o *mundo* da matéria informe” (Sb11:17). Quando de seu retorno ao Pai, Jesus disse: “Saí do Pai e *vim ao mundo* [matéria]; agora *deixo o mundo* e volto para o Pai” (Jo16:28). Enquanto estava na Terra, Jesus era naturalmente “a Luz do *mundo*” (Jo8:12), muito embora ele mesmo tenha avisado expressamente que sua origem era outra: “Meu reino não é deste *mundo*” (Jo18:36).

Na verdade, o mundo material não foi propriamente criado pelas mãos do Todo-Poderoso, mas apenas se desenvolveu posteriormente do verdadeiro plano criado por Ele, o reino espiritual. Por isso, unicamente no “mundo”, isto é, na materialidade, podem existir pecado, culpa e expiação, decorrentes da imperfeição inerente a este que é o degrau mais baixo da Criação. Essas coisas poderiam existir aqui, mas não *deveriam* existir. Esta é a diferença. O que aconteceu, infelizmente, foi que “o pecado *entrou no mundo*, (...) e através do pecado, a morte” (Rm5:12). A morte espiritual é consequência desse pecado que entrou no mundo, num certo momento da história humana.

A atuação de Lúcifer teve um papel preponderante nisso tudo. Lúcifer, cujo nome significa “o portador da luz”, deveria ser para a humanidade que se desenvolvia na matéria o que um jardineiro amoroso é para um canteiro de flores. Deveria ajudá-la a utilizar o intelecto como um adubo eficaz para o pleno desenvolvimento dos frutos gerados pelo espírito. Ocorre, porém, que ele optou por seguir numa outra direção. Preferiu fazer uso de um método diferente, todo seu – contrário à Vontade do Criador – para execução de sua missão nas materialidades. Ao invés de auxiliar com amor, conforme era sua incumbência, Lúcifer preferiu tentar. Com isso ele queria testar, a seu modo, as sementes de que fora encarregado de cuidar, de maneira que aquelas que se desenvolvessem de forma errada acabariam por ser destruídas um dia, num determinado estágio de sua evolução. É ele, portanto, “o inimigo que semeia joio na sementeira do Filho do Homem” (Mt13:25). É preciso observar que mesmo Lúcifer só pôde desenvolver uma atuação diferente da preconizada pelo Criador quando adentrou nos planos da materialidade, pois unicamente na matéria é possível a existência de erro e culpa. Nos planos espirituais e nos ainda mais elevados é inteiramente impossível a ocorrência de uma falha qualquer, pois nessas alturas tudo vibra e vive unicamente na inamovível Vontade do Criador.

Aos seres humanos Lúcifer, que devido ao seu método de atuação se tornara “mentiroso e pai da mentira” (Jo8:44), apresentou o raciocínio, que deveria ser um mero adubo para o plantio das faculdades espirituais, como já sendo o mais precioso fruto que lhes era dado cultivar em toda a existência. Para fazê-los esquecer de que se originaram do reino espiritual, na Luz, apontou-lhes a luz de seu próprio intelecto. Essa situação é indicada alegoricamente no Gênesis

com a imagem da serpente incitando o casal humano a experimentar o “fruto da árvore do conhecimento” (cf. Gn3:1-6).

E, de fato, ao provar do fruto da árvore do conhecimento o ser humano se inebriou. E julgou ser poderoso, grande, forte. Nada lhe parecia impossível com as capacitações recém-adquiridas do seu intelecto. Desse modo o raciocínio, que deveria ser propriamente apenas um instrumento do espírito, passou a dirigir o destino dos seres humanos. Este foi o assim chamado pecado original, que acabou desencadeando todos os demais. Tal pecado consistiu em elevar o raciocínio, que deveria permanecer um mero executor da vontade espiritual, à posição de dirigente reservada ao espírito.

A imagem bíblica disso é a do casal humano que sucumbe aos ditames da razão, a qual desperta neles um sentimento de querer-saber-melhor que se coloca acima das disposições do seu Criador. Foi justamente a mulher a primeira a ser seduzida pelo fulgor dos frutos do raciocínio: “A mulher viu que *seria bom* comer da árvore, pois era *atraente aos olhos* e desejável para *dar entendimento*” (Gn3:6). Assim, devido à sua queda inicial, “a mulher está na origem do pecado” (Eclo25:24).

Isso, porém, não reduz em nada a culpabilidade do homem, pois ao aceitar a fruta oferecida pela companheira ele mostrou que concordava com o procedimento feminino de chamar a atenção sobre si, não mais devido a seus elevados dotes espirituais, mas somente pelos seus atrativos corpóreos, tal como exigia o raciocínio que passou a dominar. De nada lhe valeu tentar depois transferir a culpa para a mulher, quando interrogado pelo Senhor: “A mulher que puseste ao meu lado, foi ela quem me deu do fruto da árvore e eu comi” (Gn3:13).

A partir daí o raciocínio passou a ditar inteiramente a conduta da raça humana. O pecado havia entrado no mundo. O próprio espírito do ser humano não mais conseguia se fazer valer e, conseqüentemente, não mais se desenvolvia. Ao contrário, atrofiava-se mais e mais em razão dessa inatividade forçada. Sua voz, a intuição, tornava-se cada vez mais baixa, até virar um sussurro, que mal podia ser percebido. Nada mais conseguia suplantar a força crescente do raciocínio, colocado num trono de soberano que não lhe pertencia. E assim aconteceu que “toda a carne corrompeu seu caminho sobre a Terra” (Gn6:12), e os malefícios gerados pelo cultivo unilateral do raciocínio se alastraram com velocidade sinistra: “O Senhor viu que a maldade do homem se multiplicava na Terra; o dia todo seu coração não fazia outra coisa senão conceber o mal” (Gn6:5).

Essa situação só poderia redundar num fim: morte espiritual, a condenação eterna, que equivale para o ser humano ter “o nome riscado do Livro da Vida” (cf. Ex32:33). É a essa morte espiritual que se refere a advertência divina tão grave: “Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gn2:17). Enquanto essa morte espiritual ainda não for inevitável, ainda é possível salvação.

A morte espiritual é um acontecimento tão pavoroso, que a Bíblia traz inúmeras indicações e advertências a respeito, como essas: “Ela [a besta] seduz os habitantes da Terra graças aos prodígios que lhe fora concedido realizar” (Ap13:14), mas os que “adoram a besta não têm seus nomes inscritos no Livro da Vida” (Ap13:8). Os mortos são condenados quando é aberto o Livro da Vida, pois o Livro mostra que seus nomes não estão lá (cf. Ap20:12): “Quem “não for achado inscrito no Livro da Vida será lançado para dentro do lago de fogo” (Ap20:15): “esta é a *segunda morte*, o lago de fogo” (Ap20:14).

A segunda morte sofrida por esses perdidos é, pois, a morte espiritual, nada tendo que ver com a morte terrena. A besta que seduz os seres humanos é o raciocínio unilateralmente cultivado, contrário a tudo quanto se acha acima da matéria, portanto adversário do espiritual, do divinal, e por conseguinte do próprio Criador. A humanidade inteira foi seduzida pela besta: “E toda a Terra, maravilhada, seguiu a besta” (Ap13:3). O raciocínio unilateralmente cultivado é o mais perigoso e seguro instrumento nas mãos de Lúcifer para a perdição da humanidade. Aqueles que, por fim, não quiserem ou não puderem domar esse animal, serão implacavelmente destruídos por ele no tempo do Juízo Final, perecendo espiritualmente. São esses então os

condenados no Juízo, os que *não quiseram* atentar em tempo certo à Palavra salvadora, e que devido a isso sucumbiram sob o instrumento do tentador.

O raciocínio humano só pôde obter assim tamanho poder e influência sobre a humanidade, chegando a ser literalmente adorado por ela, porque já fora cultivado e enaltecido durante milênios por essa mesma humanidade, como sua mais excelsa divindade. Essa vitória incondicional do raciocínio significou propriamente a derrota do espírito, as exéquias do ser humano espiritual.

O alcance desse triunfo em nossa época pode ser avaliado já pela aversão inconsciente de se tocar em temas espirituais. A simples menção da palavra *espírito* nos dias de hoje já causa certo mal-estar na maioria das pessoas. Basta que ouçam ou leiam essa palavra para seu raciocínio entrar imediatamente em ação, procurando fazê-las acreditar que estão frente a algo não muito sério... A não ser que o conceito de *espírito* apareça insidiosamente associado à sagacidade do raciocínio e a outros atributos intelectuais ou físicos. Nesse caso a estória é outra. Fala-se aí com indisfarçado orgulho de espírito superior, espírito empreendedor, espírito vivo, espírito público, espírito esportivo, espírito de luta, presença de espírito, espirituoso, etc. Sempre no sentido de enaltecer qualidades externas, nunca internas.

O mesmo efeito se observa com qualquer outro conceito extramaterial que o intelecto não pode assimilar. Assuntos legitimamente espirituais não desencadeiam mais em nossa época sentimentos de alegria e interesse, mas apenas de descaso e rejeição, provocados pelo próprio raciocínio, no seu esforço em manter-se no trono usurpado. Significativamente, a palavra que em hebraico significa *raciocínio* também é usada para conceituar *astúcia* e *ardis maus*...

Assim, o espírito encontra-se hoje subjugado, inativo, sem se fazer notar, sem poder fazer frente à onipresente tirania de seu verdugo racionalista. O raciocínio humano sempre atacará com violência qualquer perigo à sua hegemonia, qualquer ameaça ao domínio que exerce sobre o espírito adormecido, como, por exemplo, uma interpretação de passagens bíblicas que mostre justamente essa situação.

Este é, portanto, o retrato sem retoques do ser humano hodierno: o ente de espírito que se envergonha de sua origem espiritual, o escravo do seu próprio raciocínio, a lânguida criatura, que desprovida de qualquer vivacidade interior aceita apaticamente as mais grotescas mentiras religiosas e as mais estapafúrdias fantasias místico-ocultistas. Se a humanidade tivesse se utilizado proveitosamente da árvore do conhecimento, sem se “deleitar com seu fruto”, isto é, sem cultivar unilateralmente o raciocínio, tendo ao mesmo tempo cuidado de regar o jardim de suas aptidões espirituais, teríamos hoje um paraíso na Terra, pois “o fruto do espírito é amor, alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, lealdade...” (Gl5:22). Como isso não aconteceu, temos de sobreviver num mundo dilacerado pelo ódio, conspurcado pela cobiça, envenenado pela inveja e afundado na miséria. É o mundo que o intelecto tem a oferecer, quando dissociado do espírito. O mundo de Caim.

Um mundo onde o raciocínio adquiriu tal supremacia sobre o espírito, que o matou literalmente. Que não precisaria ser assim, fica patente nessa exortação do Senhor dirigida a Caim, pouco antes de este assassinar Abel, movido pela inveja da posição elevada do irmão, como representante da atuação espiritual humana: “O Senhor disse a Caim: ‘Por que estás zangado e com o rosto abatido? Se procederes bem, certamente voltarás a erguer o rosto’” (Gn4:6). No entanto, Caim não procedeu bem; matou seu irmão Abel, e com isso o ser humano terreno nunca mais pôde erguer o rosto acima das coisas puramente materiais. Caim representa o raciocínio e Abel o espiritual humano. A supremacia do raciocínio sobre o espírito foi o primeiro e mais grave pecado da humanidade, que gerou todos os demais.

Atrás do atuante anticristo raciocínio – o “deus deste mundo que cega o entendimento” (cf. 2Co4:4), encontra-se, porém, seu grande fomentador e instigador, o próprio Anticristo em pessoa: Lúcifer. Para isso ele se vale, pois, do instrumento que disseminou entre a humanidade, o raciocínio unilateralmente cultivado, que roubou o lugar do espírito.

As três personagens das trevas retratadas no livro do Apocalipse: o dragão, a besta e o falso profeta (cf. Ap16:13), representam respectivamente Lúcifer, o raciocínio humano supercultivado,

e os apologistas da crença falsa. O Apocalipse diz que “o falso profeta fazia maravilhas a serviço da besta” (Ap19:20), à qual “o dragão deu-lhe a sua própria força, o seu trono e grande poder” (Ap13:2). Os seres humanos tornaram-se com isso adoradores de Lúcifer e de seu instrumento, o raciocínio supercultivado: “E adoraram o dragão, porque havia dado poder à besta, e adoraram a besta, dizendo: quem é comparável à besta, e quem pode combater contra ela?” (Ap13:4); “E adoraram-na todos os habitantes da Terra, aqueles cujos nomes não estão inscritos, desde o princípio do mundo, no Livro da Vida do Cordeiro” (Ap13:8). O falso profeta seduziu “todos os que haviam recebido a marca da besta e adorado sua estátua” (Ap19:20). Essa última sentença significa que a crença falsa se apoiaria exclusivamente no raciocínio, em conjecturas intelectivas, para seduzir os seres humanos até o ponto de esses literalmente adorarem a besta raciocínio. Que nada pode vir de bom dessas três personagens, fica claro no início da visão da sexta e penúltima taça da Ira de Deus que é derramada sobre a Terra: “Então vi sair da boca do dragão, da boca da besta e da boca do falso profeta três espíritos imundos semelhantes a rãs” (Ap16:13).

A figura do dragão é por excelência relacionada com o inimigo de Deus desde tempos imemoriais. Essa imagem nada tem a ver com os animais alados de tempos passados, os dragões voadores da época de Atlântida. O livro [Atlântida - Princípio e Fim da Grande Tragédia](#), da escritora Roselis von Sass, apresenta vários quadros de interação dos dragões voadores com os seres humanos, há mais de dez mil anos... Porém, na época em que os livros bíblicos começaram a ser compostos, o saber a respeito desses animais maravilhosos já se extinguiu por completo, de modo que não causa surpresa ver as menções a “dragão voador” no livro de Isaías (cf. Is14:29; 30:6) com uma conotação negativa. As muitas lendas e visões proféticas que utilizaram a imagem de um monstro para personificar o mal dentro do mundo, acabaram sendo associadas a um dragão simplesmente, e a imaginação humana cuidou de transformar aqueles animais magníficos em figuras horrendas.

Assim é que já no antigo mito grego de Perseu, aparece um reino devastado e oprimido por um dragão que exige sempre novas vítimas humanas, até ser morto pelo herói. Na literatura mesopotâmica, o deus principal, Marduk, luta contra o terrível dragão Tiamat; arremessa contra ele os “quatro ventos”, seus aliados, e por fim crava uma flecha no peito do monstro ofegante. Nos escritos do Zoroastrismo aparece o dragão Azhi Dahaka, que usurpa o trono terrenal e causa “miséria, fome, fome, luto, lamentação, calor e frio excessivos” no mundo, além de colocar demônios vivendo junto aos seres humanos. O dragão é vencido por Atar, filho de Ahuramazda (o Criador), que o lança num oceano profundo. Entre os hititas, povo de que se tem notícia há pelo menos três milênios antes de Cristo, temos o relato do dragão Iluianka, emblema de todas as forças trevosas, o qual morre numa luta contra o “Grande-deus”. Uma escultura hitita mostra o dragão, em forma de serpente, sendo ferido pelo Grande-deus com uma lança, ao mesmo tempo em que este faz cair sobre o monstro raios em grande quantidade.

A imagem de um cavaleiro subjugando com a lança um monstro parecido com um dragão, que a Igreja cuidou de transformar no seu “São Jorge”, é por conseguinte um quadro espiritual muito antigo. Representa o Filho do Homem em luta pessoal contra o Anticristo Lúcifer. Uma vaga recordação dessa luta aparece no livro de Isaías, onde se diz que “o Senhor matará o dragão” (cf. Is27:1). “Matar” não é a expressão adequada, mas sim “neutralizar”, pois Lúcifer é eterno e encontra-se atualmente manietado.

Relatos paralelos vêm do antigo Egito, os quais mencionam uma deusa prestes a dar à luz um menino e um dragão que procura arrebatá-lo. O dragão sabe o que lhe espera e tenta impossibilitar o desenvolvimento do menino, que representa o Juiz enquanto este ainda está se preparando para sua missão. Narrativa semelhante aparece no livro do Apocalipse, onde vemos que o “grande dragão de fogo com sete cabeças e dez chifres” (Ap12:3) também fracassa em sua intenção de devorar um menino, “o filho varão que veio para governar todas as nações com cetro de ferro” (Ap12:5), e que acabara de nascer da “mulher vestida com o Sol, tendo a Lua embaixo dos pés e sobre a cabeça uma coroa de doze estrelas” (Ap12:1). Essa mulher resplandecente não é a “Virgem Maria”, nem tampouco representa a imagem do Antigo Testamento parindo o Novo,

como alguns supõem. Ela é a rainha primordial de toda a feminilidade, e encontra-se em altura inimagináveis.

O Anticristo ergueu a cabeça ao máximo pouco antes do Juízo por meio de seus solícitos servos terrenos, os seres humanos de raciocínio, para os quais a intuição não é mais do que uma megera domada. Com isso, a humanidade ficou sujeita àquele destino mais terrível que lhe poderia advir: a morte espiritual.

Era a essa morte espiritual que Jesus se referia quando redarguiu a alguns fariseus que procuravam testá-lo: “Morrereis nos vossos pecados” (Jo8:24). Assim como os atuais intérpretes racionalistas da Bíblia, aqueles fariseus de outrora também não entendiam que Jesus lhes advertia da morte espiritual, e não da terrena, e achavam que ele estava com um demônio qualquer por em seguida afirmar que quem observasse sua Palavra não morreria. Jesus estava querendo dizer que quem cumprisse sua Palavra jamais sofreria a morte espiritual. Os fariseus não entenderam, e pensaram que ele se referia à morte terrena:

“Em verdade, em verdade vos digo: se alguém guardar a minha Palavra, nunca verá a morte. Disseram-lhe então os judeus: Agora é que estamos certos de que tens demônio! Abraão morreu, os profetas também, e tu dizes: ‘Se alguém observar a minha Palavra, nunca experimentará a morte’? Porventura és tu maior que o nosso pai Abraão, que morreu? E os profetas morreram também!”

(Jo8:51-53)

Somente aquele que *guardar* a Palavra de Jesus não verá a morte eterna... Essa morte eterna ou morte espiritual é a desintegração do espírito humano, a total extinção de sua personalidade consciente. Como o Criador é a Luz primordial, isso implica que a ruína eterna, a condenação, significa na realidade estar permanentemente desligado dessa Luz, desprovido da consciência do existir, ficando para todo o sempre apartado do Senhor: “Eles serão punidos com a ruína eterna, longe da face do Senhor” (2Ts1:9). Esse é o terrível fim reservado a todos os que se *deleitam* com o fruto da árvore do conhecimento, que fazem do raciocínio sua mais sublime divindade, visto que então nunca mais lhes será facultado comer do “fruto da árvore da vida, reservado aos vencedores” (Ap2:7).

Os vencedores, por sua vez, são os outros. São aqueles seres humanos que se desenvolveram de modo certo na Criação, ficando portanto livres da condenação ou segunda morte: “A segunda morte não tem poder sobre eles” (Ap20:6); “o vencedor não será atingido pela segunda morte” (Ap2:11). São eles os que foram “inscritos no Livro da Vida do Cordeiro” (Ap21:27), e que por isso se tornaram capacitados a reingressar no Paraíso, onde poderão “viver eternamente” (Gn3:22). Por terem sido vencedores do mal, foi-lhes assegurado que seus nomes permaneceriam registrados no Livro da Vida: “Os vencedores, vestidos de vestiduras brancas, jamais terão seus nomes apagados do Livro da Vida” (Ap3:5). São eles as ovelhas que assimilaram no íntimo a Palavra do pastor, e que por isso não morrerão: as “ovelhas que ouvem a voz do pastor, e que jamais perecerão eternamente” (Jo10:27,28). São todos os que, tal como a comissão dos setenta formada por Jesus (cf. Lc10:1), podiam “alegrar-se, pois seus nomes estão arrolados nos céus” (Lc10:20).

Todos eles “seguiram a Lei” estritamente, isto é, pautaram suas vidas pelo conjunto das leis eternas da Criação, a “Lei que subsiste para todo o sempre; todos aqueles que a seguem adquirirão a vida, mas os que a abandonam morrerão” (Br4:1). Cada um desses vencedores, desses *verdadeiros fiéis* que adquiriram a vida eterna, e que portanto jamais precisarão experimentar a decomposição na morte espiritual, cada um deles é a prova viva da veracidade do testemunho de Davi ao Senhor: “Não deixarás o Teu fiel experimentar a decomposição” (Sl16:10; At2:27). São eles os justos, cujas “almas estão nas mãos de Deus, e nenhum tormento os atingirá” (Sb3:1), e que por conseguinte viverão eternamente: “os justos viverão para sempre” (Sb5:15). Essa mesma promessa foi dada de modo particular àquele escriba que interpretara corretamente as prescrições para se alcançar a vida eterna. Disse-lhe Jesus na ocasião: “Respondestes corretamente; *faze isto e viverás*” (Lc10:28), ou seja: *age* dessa maneira conforme estás dizendo e *viverás eternamente*. Séculos antes, o profeta Amós já tinha exortado seu povo com palavras

semelhantes, indicando como teriam de atuar para poderem angariar a vida eterna: “Buscai o bem e não o mal, *para que vivais!*” (Am5:14).

É, portanto, exclusivamente a todos esses vencedores fiéis que assiste o direito àquela árvore da vida, pois eles lavaram as suas vestes: “Felizes *os que lavam as suas vestes*, para terem direito à árvore da vida” (Ap22:14). Observe-se que os espíritos humanos vencedores lavaram, *eles mesmos*, as suas vestes, isto é, eles mesmos limpam suas almas da sujeira do pecado, pois a alma é propriamente a veste do espírito, assim como o corpo terreno é a veste da alma. Em latim, alma é *anima*, palavra que indica a vitalidade interna de uma pessoa, aquilo que efetivamente “anima” e incandesce o ser humano terreno, ou, melhor dizendo, seu corpo de matéria grosseira.

O ser humano pode obter o perdão de seus pecados por meio da atuação automática de uma das leis universais entretecidas na Criação desde os primórdios: a Lei da Reciprocidade, que faz retornar a ele exatamente o que desejou ou fez para os seus semelhantes. Tão-somente assim ele obterá a remição de sua falta, não diferentemente. Com esse resgate fica ele então libertado da culpa, portanto efetivamente perdoado, *desde que reconheça como errada a sua atuação de outrora e o justo efeito cármico daí decorrente*, o que o leva a esforçar-se em melhorar continuamente como espírito humano. É com esse sentido do reconhecimento do erro e da conseqüente mudança interior, como pré-requisitos para o perdão dos pecados, que Pedro exortou aos israelitas: “Arrependei-vos, portanto, *e convertei-vos*, para que os vossos pecados sejam apagados” (At3:19).

Para aquele que conhece as leis da Criação não é difícil imaginar a espécie de sua atuação de outrora, pois não pode receber nada diferente do que foi gerado. Através daquilo que o atinge, ele consegue então reconhecer o seu próprio atuar, e ao reconhecê-lo e firmar propósito de não mais agir daquela maneira (se o que o atingiu foi algo ruim) ele se desliga daquele efeito retroativo e está livre da culpa. Está perdoado de sua falta.

Já aquela pessoa que não tem boa vontade, que no seu âmago mais profundo não se esforça em melhorar e com isso ascender espiritualmente, demonstra não haver se ajustado a essa lei da reciprocidade no sentido desejado por Deus. Ao contrário, com seu comportamento inconseqüente ela como que *zomba* dessa lei, e desse modo os efeitos retroativos de suas más ações não podem constituir ao mesmo tempo remições de suas culpas! Continuarão a atingi-la dolorosamente, sempre e sempre de novo, sem que com isso possa obter o perdão dos pecados que os originaram. A severa linguagem do Antigo Testamento diz a mesma coisa com essas palavras do Senhor: “Se vos opuserdes a Mim e não quiserdes Me escutar, infligir-vos-ei golpes sete vezes piores, à medida dos vossos pecados” (Lv26:21).

A Mensagem de Jesus indicava aos seres humanos como estes tinham de viver para que, nos efeitos da reciprocidade, as suas culpas fossem de fato extintas, ou seja, para que encontrassem o real perdão dos seus pecados. A obtenção desse perdão, porém, requer um esforço pessoal e permanente de melhoria interior, caso contrário a redenção torna-se impossível. Em sua obra [Na Luz da Verdade](#), Abdruschin novamente esclarece esse ponto na dissertação “O Salvador”:

“Isto não quer dizer, todavia, que qualquer pessoa, num instante, possa ter quitação de suas culpas individuais, mal acredite realmente nas palavras de Jesus e viva segundo elas. Se, porém, viver segundo as palavras de Jesus, então seus pecados lhe serão perdoados. Contudo, isso só se dará aos poucos, assim que o remate se efetivar, na reciprocidade, através dos esforços da boa vontade. Não de outro modo. Diferentemente, porém, será com aqueles que não vivem segundo as palavras de Jesus, sendo-lhes absolutamente impossível o perdão.”

Ninguém tem *a priori* o direito de esperar por perdão. Somente depois de cumprir seus deveres para com seu Criador, uma pessoa pode nutrir a perspectiva de um futuro perdão. Já para aquelas criaturas que não quiserem de modo diferente, fica reservada a dura lei de talião²:

² A palavra talião provém do latim *talis*, que significa “tal e qual”. A lei de talião – *lex talionis* – é a “lei da retaliação”, tendo surgido pela primeira vez no Código de Hamurabi, rei da Babilônia por volta de 1750 a.C., portanto vários séculos

“Olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé” (Ex21:24). E assim prosseguirá até o Dia do Juízo (o tempo do Julgamento, que é contado em décadas), quando se tornará evidente a amplitude de todos seus atos malévolos e os maus desígnios de seus corações, que até então procuravam ocultar. Será “no Dia em que Deus vai julgar as intenções e ações ocultas das pessoas” (Rm2:16).

Quem se revolta contra o que o atinge, querendo ver nisso um golpe arbitrário do destino, portanto uma injustiça, não pode remir coisa alguma e continua preso na culpa antiga, além de se sobrecarregar com uma nova. Será, pois, atingido ainda mais duramente no futuro. Sua própria vontade má impede qualquer possibilidade de perdão. É para evitar essa situação que Jesus adverte: “Não oponhais resistência ao mal. Mas, se alguém bater na face direita, oferece-lhe também a outra” (Mt5:39). O sentido não é o de não resistir a uma pessoa má, e sim o de não opor resistência ao mal, isto é, àquilo que de ruim nos atinge na reciprocidade. A expressão “mal” tinha originalmente o significado de *sofrimento*, e é nesse sentido, apenas neste, que não devemos “resistir ao mal”, pois uma tal resistência seria fruto de um inconformismo obstinado, cujo efeito seria justamente a derrota diante do mal, o que deve ser evitado a todo custo: “Não te deixes vencer pelo mal” (Rm12:21). Devemos, ao contrário, mostrarmo-nos prontos a ser *lapidados* pelos maus efeitos recíprocos, para não *dilapidarmos* as bênçãos que daí advêm. Não devemos nutrir nenhuma revolta pelo justo sofrimento, para que este não torne a nos alcançar no futuro. Agindo assim, venceremos o mal.

Quem se deixa lapidar pela reciprocidade se constitui no ramo bom da videira, aquele que produz frutos e que é podado sempre que se faz necessário, para fortalecê-lo e deixá-lo produzir cada vez mais frutos:

“Eu sou a verdadeira videira e meu Pai é o agricultor. Todo ramo em mim que não produz fruto Ele o corta, e todo o que produz fruto Ele o poda, para que produza mais fruto ainda.”

(Jo15:1,2)

Já os que se revoltam contra o que os atinge de desagradável na reciprocidade, e não redirecionam sua conduta, se constituem no ramo ruim da videira, que não produz nenhum fruto. São eles os “homens de dura cerviz [nuca rígida], que sempre resistem ao Espírito Santo” (At7:51), isto é, aqueles que se opõem obstinadamente à Justiça divina, que se manifesta através dos efeitos da lei da reciprocidade instituída pelo Espírito Santo, a Justiça viva de Deus.

Com essa sua deliberada conduta arrogante, permanentemente voltada para o mal e o pecado, uma tal criatura efetivamente *blasfema continuamente contra o Espírito Santo*, que é a própria Justiça de Deus. Estes serão cortados, pois cometeram a maior das faltas, “o pecado que conduz à morte” (1Jo5:16), o pecado contra o Espírito Santo!

Roberto C. P. Junior
Agosto de 2008

Roberto C. P. Junior é espiritualista, mestre em ciências e autor dos livros: [Vivemos os Últimos Anos do Juízo Final](#), [Visão Restaurada das Escrituras](#), [Jesus Ensina as Leis da Criação](#) e [O Filho do Homem na Terra](#), os dois últimos disponíveis em edição impressa. Roberto é membro da [Ordem do Graal na Terra](#) e autor de vários artigos de cunho filosófico disponíveis nos sites [Library](#) e [SóCultura](#).

antes de Moisés. A semelhança entre esse Código e as disposições do livro do Êxodo são tão evidentes, que não há como não concluir que as determinações do livro bíblico derivaram daquele. Já as prescrições sobre o “boi perigoso” (cf. Ex21:35) derivaram de uma coleção de regras babilônicas ainda mais antiga – as Leis de Esnuna.